

## [Nota às declarações do Secretário de Política Econômica](#)



Mais uma vez a equipe econômica do governo fez declarações inconseqüentes com efeitos negativos sobre a economia. Dessa vez as declarações partiram do Ministério da Fazenda.

O Secretário de Política Econômica do governo disse, em entrevista à Folha de São Paulo, ontem, 19 de setembro, que a tributação da caderneta de poupança deve ser vista como uma forma de se abrir espaço para novas quedas da taxa básica de juros, Selic, ainda neste governo.

Além disso, disse que a medida "é uma solução temporária, que dá conta de estabilizar a situação para uma taxa básica de juros nominal de até 7% ao ano, que é o cenário que se prevê para a economia brasileira nos próximos 12 a 24 meses." Essa declaração apresenta dois pontos problemáticos.

O primeiro é que tributar a poupança, além de ser uma solução temporária, é a pior das soluções. O governo deveria proceder a uma reforma geral do sistema financeiro por intermédio de diversas medidas como a extinção das Letras Financeiras do Tesouro (instrumento que estabelece um elo indevido entre a dívida pública e a política monetária), eliminação da indexação dos contratos de serviços públicos ao IGP-M de forma a reduzir o grau de inércia inflacionária ainda existente na economia brasileira, e uma regulação mais eficiente dos bancos privados de forma a induzir uma redução significativa dos spreads e das tarifas bancárias.

Se assim tivesse atuado, o governo estaria abrindo espaço para uma queda permanente do custo do capital no Brasil, o que estimularia o investimento privado e teria reflexos positivos sobre o crescimento econômico de longo-prazo.

Mas o governo optou por preservar o sistema financeiro e taxar os poupadores. Serão os aposentados e as famílias de classe média que irão pagar o custo dessa pseudo-reforma do sistema financeiro brasileiro. Os bancos, como sempre, irão sair ilesos do processo.

O segundo ponto problemático diz respeito à política monetária. No Sistema de Metas de Inflação, a atribuição de fixar a taxa básica de juros é do Banco Central, não do Ministério da Fazenda.

Sendo assim, como pode o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda anunciar publicamente que a taxa básica de juros será de 7% a.a nos próximos 12 meses?

Essa não parece ser a posição do Banco Central do Brasil. Com efeito, na ata da 145ª reunião do Comitê de Política Monetária está escrito que "o Copom avalia que a política monetária deve contribuir para a consolidação de um ambiente macroeconômico favorável em horizontes mais longos."

Mais adiante, salienta que "as perspectivas para a evolução da atividade econômica continuaram mostrando melhora desde a última reunião do Copom, notadamente no que se refere ao consumo e, mais recentemente, também aos dados sobre a indústria", sendo que: "tendo em vista as perspectivas para a inflação em relação à trajetória de metas, o Copom decidiu manter a taxa Selic em 8,75% a.a., sem viés, por unanimidade. Levando em conta, por um lado, a flexibilização da política monetária implementada desde janeiro e, por outro, a margem de ociosidade dos fatores produtivos, entre outros fatores, o Comitê avalia que esse patamar de taxa básica de juros é consistente com um cenário inflacionário benigno, contribuindo para assegurar a manutenção da inflação na trajetória de metas ao longo do horizonte relevante e para a recuperação não inflacionária da atividade econômica".

Fica bastante claro nessa ata que o Banco Central avalia que não há mais espaço para quedas da taxa básica de juros, haja visto que os efeitos da crise econômica mundial sobre o Brasil já teriam se dissipado.

Se o Secretário afirma que a taxa de juros irá cair para 7% em 2010, então das duas uma: ou o Ministério da Fazenda tem indícios consistentes de que a economia brasileira irá mergulhar novamente numa crise em 2010, o que justificaria um novo ciclo de redução da taxa de juros (e, portanto, a tributação da poupança para abrir espaço para novas quedas da Selic) ou, o que é bem mais grave, o Ministério da Fazenda pretende impor ao Banco Central do Brasil uma queda de 1,75 p.p da taxa Selic, independente do estado da economia no próximo ano.

Nesse caso, a credibilidade que a autoridade monetária conseguiu ao longo dos últimos 10 anos será sacrificada em prol de objetivos estritamente políticos e eleitoreiros, demonstrando assim que todos os instrumentos possíveis serão utilizados para garantir a eleição do candidato do governo. Se essa não era a intenção da declaração do Sr. Secretário de Política Econômica, então a única leitura possível que podemos fazer da mesma é que a crise não acabou, e que a economia brasileira sofrerá um novo mergulho a qualquer momento.

Mas se esse for o caso, qual a real estratégia do governo? Por que a taxa de juros ainda não caiu para impedir esse cenário? Estará o Banco Central errado mais uma vez? Estamos esperando que ocorra uma queda na atividade econômica, no emprego e na renda do trabalhador para então agir? Onde está a responsabilidade do Banco Central? E a responsabilidade do Sr. Secretário de Política Econômica ?

**Raul Jungmann** *é deputado federal pelo PPS de Pernambuco. Este artigo foi escrito por ele e pelos economistas* **José Luis Oreiro e Flávio Basilio**